

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: INFLEXÕES AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Jenifer Brites Corvalan
Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS.
Jeniferbrites03@gmail.com

Ana Lucia Suarez Maciel
Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS
ana.suarez@pucrs.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar de que modo o Ensino Remoto Emergencial (ERE) incidiu na formação em Serviço Social, durante a pandemia da Covid-19, de modo a problematizar a disputa que se encontra o projeto de formação crítico em tempos de crise do capital, considerando as atuais configurações do ensino superior e a defesa do projeto de formação construído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e articulado ao Projeto Ético-Político (PEP) da profissão. É fruto parcial da dissertação de mestrado que, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, apontou resultados que demonstram que a temática da formação, na produção de conhecimento do Serviço Social ainda vem sendo pouco discutida, e se tratando, especificamente do ERE, a produção é ainda menor apontam tempos difíceis para o campo da formação, da pesquisa e da ciência e que o ERE trouxe diversos rebatimentos e impactos, dentre eles, na saúde mental de discentes e docentes. Evidenciou-se a importância do papel das entidades representativas da profissão, que cumpriram um papel fundamental no campo político, refletindo e ampliando o debate do significado social e político da profissão na defesa da educação superior como um direito, na defesa pela manutenção do projeto profissional crítico do Serviço Social e a indissociabilidade com o trabalho profissional

Palavras-chave: Formação Profissional, Ensino Remoto Emergencial, Pandemia da Covid-19, Projeto de Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como finalidade refletir sobre os impactos e desafios que foram evidenciados com a adesão ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) pelas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) para a formação profissional em Serviço Social, a partir de uma pesquisa realizada para a dissertação de mestrado durante o período da pandemia. Trazer essa temática para a discussão contemporânea é

imprescindível numa conjuntura que traz à tona o debate das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), através do ERE, e nos faz questionar: Até que ponto as tecnologias de informação nos ajudarão em um processo de formação? Quais os rebatimentos que o avanço da tecnologia terá para a formação em Serviço Social? O que o ERE realmente significou para a formação na área e como impactará no pós-pandemia?

Esses questionamentos nos dão impulso para pensar em alternativas que possam problematizar como e de que forma o ERE impactou na qualidade dos profissionais em processo de formação e, da mesma forma, buscar estratégias coletivas de resistência aos desafios do ERE e seus impactos. A pesquisa se caracterizou como do tipo bibliográfica e documental e teve como objetivo geral analisar de que forma o Ensino Remoto Emergencial incidiu sobre a formação profissional em Serviço Social, a fim de problematizar os impactos considerando as configurações do Ensino Superior e a defesa por um projeto de formação articulado ao Projeto Ético Político (PEP).

Foram delimitados os locais de busca para a pesquisa bibliográfica e documental, quais sejam: Anais de eventos do Serviço Social realizados durante a pandemia; Base de dados da CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Revistas da área (Temporalis, Serviço Social e Sociedade e Katálysis). Para a pesquisa documental, foi realizado um mapeamento das publicações dos decretos e normativas oriundas do MEC sobre ERE para a educação superior, fazendo contraponto com as ações que as entidades representativas da profissão têm publicado e realizado em relação às normativas do MEC ao ERE e os enfrentamentos para os seus desafios, como forma de evidenciar as respostas que essas entidades deram às adversidades dessa modalidade de ensino no campo político.

A relevância social deste tema se dá pelo impacto direto na vida das pessoas que a pandemia trouxe, não só no que diz respeito à educação, mas no modo de vida e de trabalho de milhões de pessoas, considerando o aumento da desigualdade social onde os mais pobres sofreram os maiores impactos, perdendo emprego e renda, enquanto os mais ricos continuaram aumentando seus ganhos.

Ademais, essa temática possui relevância teórica na área do Serviço Social, pois ainda são incipientes as produções sobre esse tema – fato esse constatado na análise dos resultados da pesquisa bibliográfica – tendo em vista que ainda são recentes os debates sobre a pandemia e os impactos dela sobre a formação profissional.

A proposta deste artigo, ao buscar trazer apontamentos e dados concretos dos prejuízos que esse formato de ensino trouxe para a formação profissional em Serviço Social (graduada e pós-graduada), permite tecer reflexões e resistências, no sentido de buscar estratégias coletivas de enfrentamento aos desafios dessa modalidade de ensino e aos desafios pós-pandemia. Assim, traremos alguns elementos que conformaram a crise sanitária ocasionada pela Covid-19, aliado à conjuntura neoliberal e aos possíveis rebatimentos para o ensino superior, particularmente, para a formação profissional.

CRISE SANITÁRIA EM CONJUNTURA NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Diante da contrarreforma do Ensino Superior, presenciamos a intensificação do Ensino à Distância como um projeto do capital que se tornou uma realidade cada dia mais visível, e o Ensino Remoto Emergencial (ERE), nessa perspectiva, foi usado como estratégia para consolidar as investidas do capital sobre a educação. O cenário se intensifica deliberadamente a partir da crise sanitária ocasionada pela Covid-19, considerando os impactos da agenda neoliberal atual, aliada a ascensão do neoconservadorismo, que traz rebatimentos para o conjunto da sociedade e também para o Serviço Social, especialmente para o campo da formação profissional, pois vivenciamos também forças conservadoras em ascensão no seio da categoria, ao mesmo tempo em que experienciamos um processo de desmonte da política de educação, a partir da mercantilização do ensino superior.

Sobre a questão neoliberal, Wendy Brown (2019) define o neoliberalismo não apenas como uma agenda política, mas como uma racionalidade política que passa por todas as esferas da vida social com sua lógica economicista, que diferente do modelo clássico, vê o próprio indivíduo como uma empresa, sujeito competitivo, empreendedor de si mesmo, pensado enquanto capital humano, cuja autonomia moral passa pela responsabilização. Essa lógica passa a orientar o modo como construímos nossa própria subjetividade, assim como nossas relações pessoais e cotidianas, pois o neoliberalismo vai erodindo pouco a pouco as fronteiras entre vida e trabalho, entre público e privado.

Os ataques à ciência e a racionalidade é uma das características dessa extrema direita que se perpetuou no Brasil, rejeitando afirmações baseadas em fatos e na

argumentação científica, como no caso da gestão de Bolsonaro na pandemia, que, desde o início, seguia exatamente na direção contrária das recomendações dos especialistas da saúde, valendo-se do negacionismo científico, ignorando a gravidade da pandemia, chamando-a constantemente de “gripezinha”, descreditando as orientações que visavam o controle do contágio e, para piorar, incentivando tratamento precoce à hidroxicloroquina e ivermectina. Sobre a conjuntura do Brasil, evidencia-se que

O painel que vem se desenhando no Brasil, agravado pela pandemia, demonstra quão nefasta é a visão hegemônica das classes dominantes em relação às classes dominadas. Desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, a democracia brasileira enfrenta as abertas investidas da extrema-direita, que sobrepõe o lucro acima de quaisquer necessidades sociais. E mesmo diante da letal pandemia por COVID-19, [...] a banalização da vida e da morte ante a acumulação capitalista tem encontrado no Brasil um solo cada vez mais fértil. (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2021, p. 44)

É nesse cenário que se aprofundam as consequências da crise econômica, com o aguçamento das contradições que já estavam em curso, antes mesmo da chegada da Covid-19, especialmente após o golpe de 2016¹, no entanto, é inegável que a pandemia do coronavírus intensificou e aprofundou a crise capitalista preexistente (MARQUES, et al., 2021). Em sintonia com Marx (2013), uma das leis fundamentais que está no cerne do desenvolvimento do modo de produção capitalista é a lei geral de acumulação, que recoloca permanentemente em seu processo histórico a expansão das desigualdades, ao mesmo tempo em que expande grandes fortunas e aumenta o exército industrial de reserva.

Durante a pandemia da Covid-19, há um avanço brutal das desigualdades sociais, e, sobre esse ponto, a OXFAM declara: “A pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos, quatorze anos que foram de bonança para o patrimônio bilionário” (2022, p. 10). O que se concretiza, nas reflexões de Ricardo Antunes (2020), é que a pandemia “desnudou” a perversidade do capital contra os trabalhadores. Ou seja, não foi a pandemia que trouxe a tragédia a céu aberto, mas ela é resultado de um sistema social destrutivo por meio de uma tragédia, já anunciada anteriormente, para a *classe-que-vive-do-trabalho* e intensificada no atual contexto de pandemia.

¹ Golpe jurídico-parlamentar sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff, legitimamente eleita, considerado um ataque à democracia, criando as bases para as investidas da extrema-direita.

A relação que se dá no processo entre pandemia da Covid-19 e a crise do capitalismo tem gerado profundas consequências para a humanidade, que, conforme nos alerta Antunes (2020), além dos índices de mortalidade elevadíssimos em níveis globais, amplia-se o empobrecimento e a miséria na totalidade da classe trabalhadora. A partir de uma análise de conjuntura à luz do método dialético-crítico, destaca-se que esse cenário impacta negativamente o campo dos direitos sociais e repercute, de forma contundente, na política de educação superior. Nessa direção, atinge simultaneamente o campo da ciência, e, em particular, a área das ciências humanas e sociais aplicadas, tendo em vista o enquadramento do financiamento da pesquisa operada pelas agências de fomento, com base nas diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, priorizando os projetos voltados para a área das tecnologias, conformando um apagamento de qualquer referência às ciências humanas e sociais (IAMAMOTO, 2021).

No que tange à questão da contrarreforma do ensino superior é necessário fazer mediações articuladas com as configurações capitalistas, nos acirramentos que se desenvolvem, a partir do contexto pandêmico, dado que “a expansão da pandemia explicitou a absoluta necessidade de configurar a vida humana em subsunção real aos preceitos e demandas do capital de acumulação e centralização de lucros” (FARAGE, 2021, p. 3).

Para contextualizar a discussão sobre o ensino superior e a formação profissional, é necessário considerar um marco importante na trajetória do Serviço Social que se deu no ano de 1996, com a formulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, resultado de um processo de discussões coletivas da categoria, indicando o amadurecimento acadêmico e a capacidade organizativa da profissão. Ao mesmo tempo em que coincidiu com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determinaria a forma como esse projeto seria incorporado pelas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), culminando em uma série de mudanças que se processariam na política de educação superior, responsáveis por um conjunto de inflexões no âmbito da formação de todos os profissionais (LEWGOY; MACIEL, 2016).

Algumas dessas mudanças se deram, a partir da inserção de temáticas como o fim dos currículos mínimos, e o início da modalidade de ensino à distância (EAD), dispersando os objetivos do atual projeto de formação, o que trouxe para as diretrizes enormes desafios. Desafios esses que, historicamente, as entidades representativas da

categoria vêm buscando enfrentar, no que diz respeito ao processo de formação aligeirada e mercantilizada que envolve o EAD, por entender que essa modalidade dificulta a apreensão de uma formação crítica, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que busca, dentre outros objetivos, a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, no intuito de promover a apreensão crítica do processo histórico como totalidade e o significado social da profissão no atual modo de produção capitalista (ABEPSS, 1996).

Sobre a questão da expansão do EAD, os dados do último Censo da Educação Superior realizado em 2020, demonstram que o volume de ingressos nesse ano teve um aumento significativo na modalidade de Ensino à Distância (428,2%), enquanto na modalidade presencial, houve uma queda (BRASIL, 2020). Sendo assim, pensar a formação profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996 no momento presente, implica considerar a atual situação da educação superior no país, considerando a forte mercantilização do ensino, impactando certamente nos currículos implementados pelas instituições, trazendo consequências para a qualidade da formação, e naturalmente, incidindo no perfil dos seus egressos.

Esse processo conforma o que Mézaros (2008, p.16) pondera a respeito da educação no capitalismo: “No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria”, quando ela deveria ser instrumento real e efetivo de mudança, acaba se tornando instrumento legítimo dos interesses capitalistas. De acordo com as reflexões de Yamamoto (2008), não se trata de negar ou recusar a tecnologia do ensino à distância, mas sim questionar a sua expansão indiscriminada em um contexto de acelerada mercantilização do ensino superior, onde a EAD é um mecanismo de ganho de lucratividade das empresas educacionais a que se subordina a qualidade do ensino e a formação universitária.

O debate em torno do projeto do capital para a educação é amplo e suscita várias reflexões, partindo do pressuposto de que orientado pelo ideário neoliberal está vinculado as forças produtivas inerentes à produção do capital na era das finanças.

Neste sentido, entende-se que é fundamental problematizar a conjuntura que traz enormes desafios à educação superior, como os ataques à educação, a radicalização do conservadorismo e as consequências da Covid-19 e de que forma impacta a formação profissional em Serviço Social, na graduação e pós-graduação, tema desenvolvido no próximo item.

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: DESAFIOS AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A pandemia da Covid-19 fez com que nos deparássemos com um quadro de mudanças e uma série de desdobramentos para o ensino superior, sendo que a mais significativa foi a adoção do ERE. Nesse quadro, destaca-se algumas normativas do MEC que incidiram sobre as atividades acadêmicas do ensino superior, como a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020², que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do novo coronavírus e, no mesmo ato, revogou as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020³; nº 345, de 19 de março de 2020⁴; e nº 473, de 12 de maio de 2020⁵ (ABEPSS, 2020).

O ERE “traz em si o modelo privatista e mercantil da educação, reforçando a contrarreforma na educação como um projeto para o Brasil e para a América Latina, e sofre com os influxos mercantilizados do Processo de Bolonha” (PRATES; ANDRADE, et al, 2021, p. 12). Trata-se de um projeto para a educação superior que está em curso desde o Processo de Bolonha e que trouxe várias transformações para o campo do Ensino Superior, como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sendo uma das expressões mais claras do reordenamento desse nível de ensino, efetivadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ganhando mais força nos governos petistas (2003-2007).

Como uma forma de aproximação com a realidade dos sujeitos/as envolvidos na pesquisa e, diante da impossibilidade de realizar pesquisa presencial, foi utilizado um documento produzido pela ABEPSS⁶ que sistematiza dados de uma pesquisa de como as IES têm avaliado o ERE, seus impactos e desafios para a formação em Serviço

² Disponível em: <https://bit.ly/3anu7z9>

³ A Portaria previa inicialmente um prazo de vigência de 30 dias e deixava a critério das Instituições de Ensino Superior (IES), com a devida comunicação ao órgão regulador, a responsabilidade pela definição de disciplinas e aulas que poderiam ser substituídas.. Disponível em: <https://bit.ly/3xekD2l>

⁴ Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. A vedação aos cursos de Medicina foi revista, para as matérias teórico-cognitivas, dos anos iniciais, ou seja, do primeiro ao quarto ano. Disponível em: <https://bit.ly/3NM6lLI>

⁵ Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias para adoção de medidas excepcionais. Disponível em: <https://bit.ly/3asiLy6>

⁶ O documento pode ser consultado em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-produz-documento-sobre-o-ensino-remoto-emergencial-459> .

Social, a fim de dar voz às dificuldades encontradas pelas UFAs em período pandêmico. E, também, os dados referentes à campanha realizada pela ENESSO “Minha casa não é sala de aula” que trouxe relatos reais de estudantes referentes às dificuldades encontradas com a adesão ao ERE. Além desses documentos, foram analisadas outras notas e notícias veiculadas na internet pelas entidades representativas da profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), que mostraram posicionamento acerca da temática do ERE e da formação profissional nesse contexto.

A partir da pesquisa bibliográfica, nos anais de eventos do Serviço Social realizados em tempos de pandemia, verificamos o quanto a produção de conhecimento voltada para a formação profissional ainda é baixa e, quando se tratou especificamente sobre as questões do ERE, esse número se reduziu ainda mais. Fazendo uma análise dos artigos que tratam sobre ERE, pôde-se perceber que vários retratam a questão do estágio, de forma direta ou transversal, Souza e Andrade (2021), evidenciaram que muitos foram os desafios para conduzir o estágio em Serviço Social neste contexto atípico, pois impôs riscos à vida e à saúde, oportunidade para a emergência de simulacros apresentados à formação profissional em Serviço Social. As autoras referem que o estágio remoto, mais do que uma alternativa excepcional e temporária, pode se configurar como uma herança danosa para a formação profissional em Serviço Social.

Carmo (et al, 2021, p. 15) referem “a experiência remota tem representado a vivência de um formato de ensino precarizado e aligeirado. E, ainda, tem sinalizado para possibilidades de efetivação como regra, ao invés de exceção e, já apresentando os dilemas em relação aos impactos negativos para a formação e trabalho profissional”. Teixeira e Monnerat (2021) mostram que as condições de acesso ao ERE, do ponto de vista objetivo e subjetivo, podem ser traduzidas através dos determinantes sociais, como desemprego e vínculos precários de trabalho, conjugação do espaço de trabalho e estudo no ambiente doméstico, sobrecarga das mulheres com as atividades domésticas, assim como os determinantes de saúde, como os efeitos da pandemia, com adoecimento e morte de amigos e familiares e uma gama de questões relacionadas ao sofrimento psíquico.

Maciel et al. (2021) provocam indagações sobre o que o ERE realmente significa para a formação na área e como impactará no pós-pandemia. Indicam que o ERE expressa uma realidade que nos afasta da educação emancipadora defendida pelo Serviço Social, pois traz implicações ao projeto de formação profissional. O uso de

tecnologias e do seu alcance evidenciou pontos positivos que podem ser potencializados, porém, a sua manutenção no pós-pandemia, como estratégia do capital, impõe regressões ao projeto de formação. Em nenhum dos materiais do MEC que abordam a questão do ERE se verificou a preocupação em prestar subsídios às IES na transição da modalidade presencial para a emergencial, ocorrendo um aligeiramento, por parte do MEC, para retomar as atividades de ensino, num intervalo de 6 dias entre o decreto de isolamento e a autorização do ERE (MACIEL, et al., 2021).

Ainda sobre a questão dos impactos causados pelo ERE, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, lançou em 2021 uma campanha intitulada “Minha casa não é sala de aula”, entendendo as dificuldades que a crise sanitária ocasionada pela Covid-19 e intensificada com as políticas neoliberais trouxe de forma reforçada para as/os trabalhadoras/es e estudantes de Serviço Social. Os relatos (que não cabem aqui por limites de espaço) trazem à tona questões pertinentes a respeito do que foi viver o processo do ERE, extremamente exaustivo, onde as aulas pareciam ter dupla jornada, horas em frente ao computador, a dificuldade absurda de concentração em ambientes compartilhados com a família, que por vezes, não compreendiam a necessidade de estudos e concentração. As consequências que mais se apresentaram foi a questão do adoecimento mental, sendo por parte de discentes e docentes. Alguns relatos apontam a questão do conhecimento de tecnologias da informação e dispositivos eletrônicos, dificuldade de acesso à internet e/ou aumento do pacote de dados, e suporte para saúde mental, que não existiu na maioria das instituições de ensino.

Para Farage (2021), o ERE é um rebaixamento do já precário EaD, que se mostra como única alternativa para a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação, sem considerar aspectos importantes, como garantia da qualidade, condições objetivas e subjetivas de professores e discentes de acesso à internet, acesso à equipamentos adequados e bibliografias para estudo, acarretando muitas vezes em sobrecarga de trabalho, acúmulo de tarefas que se somam às atividades domésticas.

A partir da realização da pesquisa documental proposta na pesquisa já referida, foi realizado um levantamento das principais notas, decretos e portarias emitidas pelo governo e, em contrapartida, as ações em resposta que as entidades representativas da categoria e do ensino superior deram ao longo dos ataques e desafios que foram impostos à educação superior em tempos de pandemia, dando destaque para os sujeitos

envolvidos nesse processo e as instituições representativas da categoria profissional e dos órgãos de regulação da política de educação superior. Notou-se que as portarias e decretos emitidos pelo governo se empenharam no aligeiramento e reordenação imediata na aceleração para a continuidade das aulas de formas remotas, sem se preocupar com a qualidade do ensino, nem sequer dando suporte mínimo e adequado para a execução das aulas em modalidade online, mostrando claramente uma posição favorável à defesa da modalidade à distância.

Muitos foram os aspectos contraditórios que envolveram a pandemia e aqui cabe enfatizar a diferença que se teve da implementação do ERE nas instituições privadas e públicas, onde nas públicas houve uma maior resistência de aceitação dessa modalidade, acarretando atrasos no calendário acadêmico, enquanto nas privadas a implementação do ERE foi quase imediata. As orientações econômicas do governo Bolsonaro evidenciam, perversamente, a premissa do “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, impactando no sistema de proteção social do país de modo a escassear recursos públicos a serem destinados, especialmente, para a área da saúde, acarretando uma crise sanitária sem precedentes (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021).

Em contrapartida, observamos que as entidades representativas do ensino superior e da profissão vieram, desde o início da pandemia, reunindo esforços para contribuir na defesa do Serviço Social, do ensino superior de qualidade e das medidas de proteção para o enfrentamento da crise sanitária. A ABEPSS teve fundamental importância na atuação para a defesa da formação profissional do Serviço Social, reafirmando os princípios e valores ético-políticos da profissão, bem como atuando na defesa da vida frente à pandemia da Covid-19.

De acordo com a ABEPSS (2021), o ERE nos trouxe desafios que perpassam o processo de reorganização do processo de trabalho e a redefinição do papel da docência nesse contexto, sem esquecer os condicionantes que marcam o mundo do trabalho em tempos de pandemia, inferindo-se que o ERE pode criar as bases para favorecer o projeto mais amplo do capital, ao colocar docentes em trabalhos precarizados e uberizados.

Ao longo do percurso da pandemia, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO vieram apresentando notas e orientações, manifestando posicionamento ético-político frente a atual situação de crise sanitária e as medidas tomadas no que se refere à Educação. Assim, as entidades representativas se somam na luta pela defesa de um

projeto de formação crítico, materializado nas Diretrizes Curriculares de 1996 e articulado ao Projeto Ético-Político da categoria.

A sistematização das notas e pareceres expedidos pelas entidades representativas reforçam a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. No conjunto dos documentos das entidades analisados, pôde-se perceber a vinculação teórico-metodológica com a teoria social crítica, que busca apreender a realidade concreta, reconhecendo as condições de desigualdade brasileira que se agravou com a pandemia, a defesa pela seguridade social, uma análise crítica da precarização das condições de trabalho, e nesse contexto, as condições objetivas para a realização do trabalho remoto em tempos de pandemia e do Ensino Remoto Emergencial.

Todos os posicionamentos políticos, notas e orientações estão devidamente documentados e contribuíram para o fortalecimento da defesa do nosso Projeto Ético-Político. A pesquisa documental e a análise dos dados permitiram identificar os conteúdos e as tendências que demarcam o “lugar” de cada entidade pesquisada e do governo, de modo a explicitar as contradições presentes no debate acerca do ERE no âmbito do ensino superior e na particularidade do Serviço Social. Se entende que, a partir delas, será possível identificar as mediações necessárias no pós-pandemia, ocasião em que poderemos constatar o quanto o ERE é medida emergencial ou estratégia de transformação nos rumos do ensino superior no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa bibliográfica e documental, apontam alguns elementos para compreendermos de que forma o ERE incidiu na formação em Serviço Social, destacando-se os seus desafios durante a pandemia e no pós-pandemia, pois sabe-se que vivemos tempos difíceis para a educação brasileira, sendo o ERE um alerta para pensarmos em estratégias coletivas que busquem defender a educação superior de qualidade. Nos eventos do Serviço Social realizados em tempos de pandemia, verificamos o quanto a produção de conhecimento voltada para a formação profissional ainda é baixa, e quando se tratou especificamente sobre as questões do ERE, esse número se reduziu ainda mais.

Entende-se que o ERE não foi uma simples obra do acaso, e que sim, o capital usou como uma estratégia para perpetuar a educação cada vez mais como uma mercadoria. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, novos questionamentos foram surgindo, constatando evidências do processo de desmonte da política de educação como direito social, subordinando-a à lógica mercantil e lucrativa. Assim, para de fato termos uma formação profissional de qualidade, faz-se necessário pensar sobre o projeto de formação profissional inserido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), problematizando seus desafios ante sua materialização, especialmente em tempos em que a mercantilização do ensino se agrava, momento em que o capital se aproveita da adoção do ERE para inserir mudança significativas no campo da educação superior, e, em particular, para o Serviço Social, trazendo inúmeros desafios para a formação profissional.

O ERE não foi uma simples obra do acaso, e que sim, o capital usou como uma estratégia para perpetuar a educação cada vez mais como uma mercadoria. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, novos questionamentos foram surgindo, constatando evidências do processo de desmonte da política de educação como direito social, subordinando-a à lógica mercantil e lucrativa.

Há que salientar que recuperar os posicionamentos e ações acumulados neste período pelas entidades representativas, após dois anos de pandemia, permite afirmar que se trata de uma entidade presente nos dilemas da formação, indicando e reforçando princípios e valores historicamente construídos.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o projeto de formação profissional**: novos subsídios para debate. Recife, 1996.

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Gestão “Aqui se respira Luta (2021-2022)”. Brasília, maio de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARMO, Roberto Coelho do; RIBEIRO, Alessandra Souza; TOSTA, Kesia Silva; CARVALHO, Mariana Costa. A precarização da formação em serviço social na ufop e ufv na pandemia. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3E2zU8t> . Acesso em: 10 maio 2022.

ENESSO, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Campanha: “Minha casa não é sala de aula”. Instagram, 2021.

FARAGE, Eblin. **Educação Superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional em Serviço Social**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021

FERNANDES, Larissa Danielly; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima. **Capital pandêmico e ensino remoto**: o posicionamento político do serviço social. In: *Temporalis*, v.21, n. 41, 2021.

GUIMARÃES, Karoline Claudino; PINHEIRO, Silvia Silva Martins. **O desgoverno Bolsonaro e o novo coronavírus**: uma análise preliminar sobre o impacto social dessa combinação no Brasil. In: *Serviço Social em Perspectiva*. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Prefácio. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez (Organizadoras). **PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL**: Conjuntura, Tendências e Desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez e LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016**. In: *Revista Temporalis*, v. 1, p. 20-30, 2016.

MARQUES, Rosa Maria., *et al.* **Pandemias, crises e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2008.

OXFAM. *A desigualdade mata*. Relatório 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica--social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata> . Acesso em 18 de abr de 2022.

PRATES, Jane Cruz; ANDRADE, Roberta Ferreira de. (Orgs.) **Desafios à formação em Serviço Social em tempo de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

SOUZA, Viviane Batista Riker de; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A tempestade da COVID-19**: o estágio supervisionado em serviço social em tempos de pandemia. In *Anais do V SERPINF e III SENPINF*, 2021.

TEIXEIRA, Larissa Cardoso; MONNERAT, Giselle Lavinias.: uma análise a partir da experiência de monitoria da UERJ. In *Anais DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL do X JOINPP*, 2021.